

Nacionalismo: origem e significado em Sérgio Buarque de Holanda, Samuel Ramos e Ezequiel Martínez Estrada.

Claudia Wasserman*

“A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época”. (Cândido, Antônio in prefácio de Raízes do Brasil, p. XI).

O fato de uma geração inteira ser atraída por determinado assunto revela que o tema em questão compõe o mosaico de preocupações contemporâneas daquela sociedade. Quando a maior parte dos atores políticos, identificados com os espectros ideológicos mais extremados da sociedade, pautam seus debates e diagnósticos sociais pelo mesmo tema, então esse predomínio tem um significado considerável e que deverá ser examinado racionalmente. Provavelmente, tratar-se-á do aspecto mais visível daquela sociedade, mais brutal, e que tornará possível uma maior proximidade entre o discurso político e a sociedade civil. Geralmente, conjunturas críticas, causadas por grandes eventos político-militares ou catástrofes naturais, provocam o descortinamento dos problemas mais visíveis e que antes não eram suficientemente abordados.

A abordagem reiterada da temática nacional em determinadas épocas revela os momentos cruciais em que essa questão apresentou-se como um problema contemporâneo. Para os países latino-americanos, os primeiros anos do século XX foram particularmente propícios à discussão do nacionalismo e da questão nacional. As gerações de políticos e intelectuais dessa época consagraram-se como particularmente preocupadas com a nação e a nacionalidade. Entre os intelectuais e políticos que se preocupavam com o nacionalismo, podia-se identificar nitidamente duas vertentes. Os primeiros, que não constituem objeto do

* Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dra. em História UFRJ com a tese: “A questão nacional na América Latina no começo do século XX: México, Argentina e Brasil”. Email: cwasserman@via-rs.net

presente trabalho, eram identificados com o fascismo europeu: partiram das elites conservadoras e anti-liberais. São importantes na Argentina até os dias de hoje, no México apareceram com força ao longo do período revolucionário, exemplificado na Rebelião dos Cristeros, claramente identificados com ex-porfiristas e com a Igreja, e no Brasil foram importante no pós-1930, através da liderança de Plínio Salgado. Esses movimentos não pretendiam a ampliação do quadro democrático ou a incorporação das massas ao processo político. Neste sentido, o integralismo, o filo-fascismo e o clericalismo foram aspectos parciais do nacionalismo latino-americano do período em questão. Inclusive o historiador Carlos Rama adverte, *“Aunque el nacionalismo por definición se presenta como un movimiento conservador, sería, sin embargo, peligrosa simplificación identificarlo con el conservadurismo y, menos todavía con la derecha, aunque no falte muchas y sugestivas coincidencias”* (RAMA, 1981, p. 38). Essa vertente, surgida nos anos 1930, esteve influenciada pelo integralismo e professava um nacionalismo xenófobo, ultramontano e autoritário.

O outro tipo de movimento nacionalista latino-americano é o que está em debate neste estudo. O período das guerras constituiu-se como o primeiro indício da crise da almejada civilização ocidental, o que colocou em xeque a admiração dos intelectuais latino-americanos pelos modelos externos. Eles compreenderam a vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista baseado no setor primário-exportador e estabeleceu-se uma indignação contra a excludência oligárquica, aliada ao vislumbramento da alternativa socialista. Além disso, o consentimento e a cooperação das oligarquias no processo de sucção de excedentes foram os principais elementos para o aparecimento de movimentos nacionalistas não identificados com o nazi-fascismo, com a Igreja ou com idéias antiliberais, mas compostos inclusive por frações das classes dominantes latino-americanas que compreenderam a necessidade de transformações profundas, sob o risco de iminentes rebeliões populares. Não foi por acaso, portanto, que, diferentemente dos autores do século anterior que faziam comparações e citavam os exemplos da Europa e Estados Unidos, a historiografia desse período preconizava a necessidade de aproximação entre os países latino-americanos.

Essa vertente do nacionalismo latino-americano estava relacionada com os autores que no final do século XIX e início do século XX, que haviam desafiado a hegemonia do

pensamento positivista, repercutindo em toda a América Latina, tais como José Enrique Rodo e José Martí. Ambos resgatavam os valores locais, conferiam aos índios, negros e mestiços um valor nunca antes atribuído e rechaçavam a cultura oligárquica de admiração aos modelos europeus e, sobretudo, norte-americano. O tipo de nacionalismo professado por essa vertente aproximava-se de um confronto com o imperialismo e foi típico de um período de deslocamento da hegemonia européia para a norte-americana no que se refere à dependência econômica dos países da América Latina. Neste sentido, essa vertente nacionalista, além de reivindicar uma cultura própria, também tinha preocupações voltadas para o problema econômico dos países latino-americanos (DEVÉS VALDÉS, 2000, P. 203). Carlos Rama apresenta alguns dos motivos que levaram políticos e intelectuais a intensificar os debates acerca do nacionalismo:

“(...) el nacionalismo latinoamericano es simultáneo de una crisis reveladora de la estructura social en que se alternan las relaciones antiguas entre sociedad rural y urbana, y se aprecia a través de la industrialización el ascenso del proletariado y las nuevas clases medias. No es extraño que - a menudo - nacionalismo y socialismo aparezcan unidos, o entremezclados, y seguramente algo parecido sucede en otros continentes del Tercer Mundo ... asumiendo formas de reacción política y cultural frente a vieja dependencia exterior” (RAMA, 1981, p. 14).

Nesse aspecto, Carlos Rama já está indicando alguns dos motivos pelos quais as gerações de políticos e intelectuais do início do século XX preocuparam-se em desvendar tal problemática: a transição da sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial e a ascensão de novas classes sociais e suas lutas por diminuir ou romper com a dependência.

O objetivo desse artigo é entender o conjunto de motivos que levaram os intelectuais latino-americanos da primeira metade do século XX a eleger a questão nacional como preponderante em suas análises, não apenas através do exame das circunstâncias históricas que originaram tais preocupações, mas também das estruturas institucionais, presentes nessas sociedades. Essas estruturas institucionais, bem como a própria origem social dos intelectuais latino-americanos daquela época, foram fundamentais na construção de um pensamento voltado para os problemas da nacionalidade. Melhor dizendo, naquele momento, na América Latina, sobretudo nos três países analisados nessa pesquisa, existiam condições institucionais e circunstâncias históricas que permitiram uma intensificação do

debate sobre o nacionalismo. Mas quais eram essas condições? Porque elas eram particularmente propícias? E, qual era o significado da nação, do nacionalismo e da consciência nacional para esses autores? Entre tantos critérios para o entendimento da questão nacional – objetivos e subjetivos –, porque os autores estudados elegeram alguns critérios e não outros?

Outro objetivo será verificar e comparar nos autores examinados, qual era a origem e significado do nacionalismo para cada um deles. Quais eram os mitos fundadores da nacionalidade? Quais os obstáculos e os problemas para a construção das nações? O quadro dessas respostas revela o projeto político desses intelectuais, mesmo que isso não seja explicitado. Sendo o nacionalismo fruto de elementos objetivos (língua, território, história, religião, etnias, etc.) e subjetivos (desejo de pertencer a uma entidade mais ampla do que a local), ressalta-se, para essa pesquisa, a importância atribuída aos intelectuais na construção dos significados da nação e do nacionalismo. O nacionalismo é fruto de tradições e heranças pré-existentes em cada formação econômico-social, que ocorre em um determinado momento de *“interseção da política, da tecnologia e da transformação social”* (HOBSBAWM, 1991, p. 19). Ou seja, a sua existência dependeu de uma série de transformações tecnológicas que ocorreram no período de transição ao capitalismo, e mais especificamente na época da criação da imprensa, da alfabetização e escolarização em massa que permitiram a universalização do fenômeno e a própria adesão às novas entidades. Mas, o nacionalismo também é produto de uma construção intelectual, resultado das aspirações e desejos de intelectuais acerca de um modelo ideal de sociedade. Ou seja, o aparecimento concreto das nações modernas também pode ser explicado a partir das advertências de Ernest Gellner que introduziu as noções de *“invenção”, “artefato”* e *“engenharia política”* no debate em voga. Segundo ele,

“É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. (...) é possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. No entanto, este aspecto, culturalmente criativo, imaginativo, positivamente inventivo, do ardor nacionalista não deveria permitir que ninguém concluísse erradamente que o nacionalismo é uma invenção ideológica, contingente e artificial (...)” (GELLNER, 1993, p. 89).

Ao advertir para o fato de que o nacionalismo não é uma “força maquiavélica”, capaz de “despertar” nações adormecidas, Gellner quer dizer que não se pode inferir dessas idéias uma existência ontológica para as nações, pois o próprio nacionalismo é “conseqüência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado” (GELLNER, 1993, p. 77). Ressalta o papel dos intelectuais, incluindo artistas e cientistas sociais, que são capazes de transformar o repertório cultural de uma sociedade, as heranças do passado, em um patrimônio de todos, reputando-o como “identidade nacional”.

Os intelectuais analisados nesse artigo são Sérgio Buarque de Holanda, no Brasil, Samuel Ramos, no México, e Ezequiel Martinez Estrada, na Argentina. Por tratarem-se de personagens com extensa obra dedicada ao estudo dos seus respectivos países, tomarei como referência as suas obras clássicas em relação à questão nacional. Trata-se, respectivamente, de *Raízes do Brasil* (1936), *O perfil do homem e da cultura no México* (1934), e *Radiografia do Pampa* (1933). Nesse período, foram publicados em cada um dos países dessa análise, Brasil, México e Argentina, muitos outros estudos sobre o nacionalismo ou que tiveram a força de recuperar os argumentos necessários para a construção da identidade nacional. No entanto, a opção recaiu sobre os textos mais significativos, em função de sua repercussão intelectual e social.

Do ponto de vista concreto, até o início do século XX, não existiam movimentos nacionalistas importantes nos países da América Latina. O esforço das oligarquias primário-exportadoras por organizar os Estados políticos apenas supunha apoiar-se em uma identidade nacional. Na verdade, as repúblicas latino-americanas que substituíram os impérios ibéricos refletiam um pouco mais do que as antigas divisões administrativas metropolitanas. Os processos de independência haviam sido realizados por grupos de elite, movidos por incompatibilidades econômicas em relação aos comerciantes metropolitanos. Ainda segundo Hobsbawm, “*mesmo entre a minúscula camada dos latifundiários latino-americanos politicamente decisivos, seria anacrônico falarmos nesse período de algo mais que o embrião da “consciência nacional” colombiana, venezuelana, equatoriana etc.*” (HOBSBAWM, 1979, p. 162). Ele completa dizendo que faltava aos países latino-

americanos “*condições sociais*” para o aparecimento concreto dos nacionalismos e da “*consciência nacional*”.

Essas “*condições sociais*” somente se manifestariam nos países subcontinentais a partir do século XX, “*no contexto de um estágio particular do desenvolvimento econômico e tecnológico*” (HOBSBAWM, 1979, p. 19), ou melhor, a partir da consolidação do modo de produção capitalista através da modalidade oligárquico-dependente (CUEVA, 1979, cap. V).

O que se modificou substancialmente a partir de 1910 foi a intensidade dos debates acerca da questão nacional. Essa problemática apresentou-se reiteradamente no curso da história subcontinental, mas revelou-se mais importante do ponto de vista prático e teórico em conjunturas críticas como aquela vivida pelos estudiosos latino-americanos do século XX. A estrutura institucional que abrigava os intelectuais latino-americanos, sobretudo nos três países analisados, também se modificara substancialmente ao longo das primeiras décadas do século XX, em função da crítica às oligarquias que se fizera sentir com mais intensidade no México e na Argentina, desde o final do século XIX, e no Brasil, a partir dos anos 1920. O movimento de 1918, ocorrido em Córdoba, na Argentina, a Reforma Universitária, foi paradigmático para todo o subcontinente latino-americano. Sua repercussão no Peru, entre 1919 e 1923, no Brasil, em 1922, em Cuba, entre 1921 e 1925, e no México, em 1929, revelou a transformação das estruturas das instituições de ensino superior, mas também o aparecimento de uma nova “*inteligência*”. Até Córdoba, de modo geral, as instituições de ensino superior da América Latina eram marcadas pela rigidez do sistema oligárquico. As universidades eram centros de preparação das elites e refletiam a exclusão política, o preconceito social e racial, o desprezo pela cultura local, o respeito à hierarquia e a profunda admiração que as classes dominantes latino-americanas tinham pela cultura européia.

Os movimentos estudantis dos anos 1920 transformaram a universidade, ao mesmo tempo em que revelaram as mudanças econômicas e sociais que já vinham ocorrendo nos países da América Latina, sobretudo naqueles de industrialização precoce. Os reclames pela autonomia universitária, comum a todos os movimentos, eram coetâneos dos movimentos antioligárquicos protagonizados pela pequena burguesia, pelo proletariado urbano e pelas classes médias, oriundos dos processos de urbanização e industrialização.

O desenvolvimento das instituições de ensino superior a partir dos anos 1920, ainda que dotado de uma dinâmica própria, tinham uma relação muito próxima com o próprio desenvolvimento da sociedade. As transformações das universidades evidenciavam-se em algumas mudanças no mundo acadêmico, observadas ao longo desse período, tais como, o incremento das matrículas, a diversificação das carreiras profissionais, a organização de institutos de investigação dentro das universidades, ao lado das faculdades, e a profissionalização da carreira de professor universitário. As Universidades das elites se converteram em instituições de ensino superior que deram abrigo aos filhos das classes médias (MARSKISKE, 1989, p. 11). Como resultado das reformas universitárias, da crise das oligarquias e das influências exercidas pelos efeitos da Revolução Mexicana, da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, surgiu na América Latina, uma nova inteligência. Os protagonistas das mudanças nas instituições de ensino superior eram estudantes, professores e intelectuais mais preocupados com os problemas sociais, com o acesso a níveis superiores de participação política e em realizar diagnósticos mais precisos das sociedades em que viviam.

Segundo Portantiero, a juventude fora porta-voz da pequena burguesia. Para ele, essa nova intelectualidade tinha como chaves ideológicas o “*Humanismo utópico, socialismo liberal, nacionalismo...*” (PORTANTIERO, 1987, p. 29). Samuel Ramos, Ezequiel Martínez Estrada e Sérgio Buarque de Holanda, assim como muitos outros intelectuais latino-americanos dessa época, refletiram essas mudanças no ambiente cultural e intelectual do subcontinente nas cátedras, em suas pesquisas, nos livros e artigos e através de uma participação política mais contundente.

O nacionalismo veio à tona como parte dessas transformações sociais. As oligarquias primário-exportadoras tinham criado as condições materiais para a construção das nações (POULANTZAS, 1985, p. 70). No entanto, a constituição de uma consciência nacional e os processos através das quais as massas se identificam com a nacionalidade ainda não estavam delimitados. Existe uma diferença básica entre “movimentos que visavam fundar nações” e “movimentos nacionalistas”. Segundo Hobsbawm, os primeiros constituíam-se em programas políticos que justificavam suas atividades por estarem baseados nos últimos (HOBSBAWM, 1979, p. 107). Mas a ordem desses fatores nem sempre obedece a mesma lógica. Na América Latina, os Estados políticos foram

construídos pelas oligarquias, enquanto os nacionalismos, movimentos capazes de mobilizar as massas populares e de fazer-las se identificar com o projeto nacional, foram resultado da crise do sistema oligárquico.

As oligarquias primário-exportadoras dos diferentes países da América Latina poderiam, imbuídas dos mesmos intuitos do italiano Massimo D'Azeglio em 1860, repetir suas palavras: “*Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos*”, e bastaria trocar os substantivos Itália e italianos por Argentina e argentinos, México e mexicanos, Brasil e brasileiros etc. Até o início do século, brasileiros, mexicanos e argentinos, tinham poucos motivos para exaltar a identidade nacional, muito embora os setores dominantes tivessem construído a estrutura material para a constituição das entidades nacionais. Esses setores dominantes, as oligarquias, representavam os “movimentos que visavam fundar nações”.

Os “movimentos nacionalistas” surgiram no âmbito das classes médias, da pequena burguesia e, em alguns casos, como no México, no âmbito do movimento operário, no contexto das transformações que decretariam a decadência do sistema oligárquico e a consolidação dos Estados burgueses na América Latina.

A conjuntura crítica que resultou na intensificação dos debates acerca do nacionalismo e da valorização da nacionalidade foi determinada pelo impacto causado pela Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Revolução Mexicana e a crise das oligarquias primário-exportadoras em toda a América Latina. Conjugados, esses processos históricos resultaram em efeitos de longa duração e grande intensidade no sentido da transformação do pensamento político e social em relação aos países da América Latina. Historiadores, cientistas sociais e políticos militantes foram tomados por duas sensações contraditórias e complementares: o desencanto e a esperança.

A Primeira Guerra Mundial foi chamada pelo historiador marxista argentino Aníbal Ponce de “*la gran liberatriz*”, ou melhor, “*gracias a ella tuvimos desde muy temprano la desconfianza del pasado*” (PONCE in PORTANTIERO, 1978, p. 29). Um setor importante da intelectualidade latino-americana compreendeu a guerra como fracasso da cultura européia, como incapacidade da *civilização* de manter intactas as conquistas materiais e humanas, como crise de um sistema de civilização até então apreciado e tido como modelo ideal para se alcançar o progresso. O desencanto do paradigma europeu vinha

acompanhado internamente pela crise da modalidade de desenvolvimento capitalista implantada pelas oligarquias exportadoras.

O período anterior à guerra já revelara em alguns países a vulnerabilidade do setor predominante da economia da América Latina em relação às oscilações de preço dos produtos primários no mercado internacional. Em muitos países, como no Brasil, por exemplo, a Primeira Guerra e a crise econômica mundial acentuaram essa tendência à vulnerabilidade e resultaram na certeza de que a divisão internacional do trabalho, que impunha à América Latina a condição de “celeiro do mundo”, era prejudicial aos países do subcontinente e punha em evidência a dimensão mais brutal da relação desses países com o resto do mundo: a dependência.

As incertezas, a desorientação, o desencanto e o ceticismo causados pela Primeira Guerra e pela crise do setor primário-exportador davam lugar a esperanças, renovação de utopias, de planos e encantamento com processos que ocorriam simultaneamente e pareciam oferecer alternativas possíveis: a Revolução Mexicana e a Revolução Russa. Enquanto a primeira constituía-se num testemunho exemplar de resgate da cultura nacional, a segunda, apresentava novo ideal para a redenção dos problemas europeus e propunha uma forma radical de romper a dependência econômica.

Neste sentido, os intelectuais latino-americanos começavam a questionar o paradigma da civilização ocidental, a clausura política imposta pela ordem oligárquica e a vulnerabilidade do modelo econômico primário-exportador. Entusiasmados com os processos revolucionários mexicano e russo, esses intelectuais vislumbravam a possibilidade de resgatar uma cultura própria e um modelo de desenvolvimento alternativo.

Genericamente, o período que vai de 1910 a 1940 foi uma fase de agitação social e política em todos os países da América Latina. Greves operárias, formação de partidos socialistas e comunistas, anarquismo, radicalismo agrário e movimentos como a Revolução Mexicana, o Tenentismo no Brasil e a Reforma Universitária na Argentina revelam que outros grupos sociais, além dos grupos dominantes, estavam preocupados com a solução dos *males* dos países latino-americanos. E, muito embora, a forma e a intensidade dessas manifestações político-sociais tenham sido diversas, bem como seus resultados tenham aparecido mais tardiamente em uns países do que em outros, do ponto de vista intelectual, do pensamento acerca das questões nacionais, pode-se afirmar que a busca das origens da

nação, da essência da nacionalidade e de aspectos identitários foram igualmente vigorosos em todos os países do subcontinente.

Muito embora na dimensão intelectual tenha ocorrido uma espécie de continuidade das tendências positivistas e arielistas do período anterior, pode-se afirmar, com certeza, que após a eclosão da Primeira Guerra, da crise das oligarquias, do início das revoluções mexicana e russa, observava-se um rompimento importante em relação ao paradigma anterior e ao modelo de civilização a ser alcançado.

A partir deste momento, explodiu na América Latina a temática nacional: Samuel Ramos no México, *O perfil do homem e da cultura no México* (1934); Ezequiel Martínez Estrada na Argentina, *Radiografía do Pampa* (1933); e Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), no Brasil, constituem-se dos exemplos mais importantes dessa tendência. O autor mexicano Abelardo Villegas, considera que “*Samuel Ramos, Ezequiel Martínez Estrada y Gilberto Freire son los más grandes pensadores nacionalistas de América Latina, y destaca la coincidencia de la aparición de sus primeras obras entre los años 1930 y 1940*” (VILLEGAS in RAMA, 1981, p. 147). A palavra chave do título de cada um dos ensaios escolhidos para análise é reveladora de seu conteúdo: raízes, perfil e radiografia. Procuravam as origens da identidade nacional, através de um estudo que buscava, assim como uma radiografia, estabelecer os contrastes mais evidentes dessas sociedades. Isso explica o fato dos três autores lidarem com conceitos contrastantes como campo/cidade, rural/urbano, público/privado, tradição/modernidade, entre outros. Uma abordagem de psicologia social procurava evidenciar as particularidades dessas sociedades, o desenho de seus perfis.

A obra de Sérgio Buarque de Holanda aparece nesta época. Suas idéias retratam, de forma exemplar, o pensamento historiográfico e político do período. *Raízes do Brasil* foi um ensaio publicado em 1936. As perspectivas sociológica e psicológica do caráter nacional eram apresentadas como novidades metodológicas. Mas, entre os objetivos do autor, destaca-se a discussão da crise política que vivia a sociedade brasileira.

Dotado de um agudo senso das estruturas, Sérgio B. de Holanda considerava o passado como um obstáculo e preconizava a liquidação das raízes como um imperativo do desenvolvimento nacional. Além disso, explorou conceitos polares como sociedade rural X sociedade urbana; tradicional X moderno; personalismo X coletividade; público X privado;

e essa análise estava em consonância com as influências que havia recebido da moderna sociologia norte-americana centrada no dualismo estrutural.

Sérgio B. de Holanda contrapunha-se à tentativa de importação de idéias européias e implantação de cultura estranha em terras brasileiras. Insistia na necessidade de considerar-se as peculiaridades nacionais. Em resumo, o autor de *Raízes do Brasil* contrapunha “*uma realidade artificial e livresca*” à “*nossa vida verdadeira*” e acusava o passado ibérico e os “*homens de idéias*” como culpados por essa situação de “*desequilíbrio social*”. As passagens seguintes retratam essas idéias:

“A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.”

“... nossos homens de idéias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificial e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada” (HOLANDA, 1979, p. 03 e 121)

Para Sérgio Buarque de Holanda a “*nossa vida verdadeira*” dera frutos no interior do país, contrastando com o litoral onde predominara a colonização portuguesa; identificou no Movimento de Amador Bueno uma “*autenticidade*” em oposição à “*realidade artificial*”:

“Não é mero acaso o que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno, se verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contato com Portugal e de muita mestiçagem...” (HOLANDA, 1979, p. 68).

Exaltou os bandeirantes paulistas, assim como, na mesma época, os autores argentinos e mexicanos tentavam recuperar a imagem dos caudilhos, como forças telúricas e que representavam a identidade nacional mais autêntica:

“Ali, [Planalto Piratininga] pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada. A

expansão dos pioneers paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano...” (HOLANDA, 1979, p. 68).

Mas, apesar dessa “*autenticidade*”, tida como dado originário, Sérgio B. de Holanda recorria a idéia de “*desequilíbrio*” e “*deformação*”, à noção de que a “*sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas raízes*” e sem usar os termos nação incompleta ou inacabada, sugeria os males que atingiam o país e as formas através dos quais a nação poderia completar-se:

“Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional... a vitória [da espontaneidade nacional, da nação, do progresso nacional] nunca se consumará enquanto não se liquidem os fundamentos personalistas... aristocráticos” através “da dissolução lenta das sobrevivências arcaicas que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu estirpar... Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo...” (HOLANDA, 1979, p. 132, 135 e 142).

O problema da espontaneidade e autenticidade nacional também preocupava o pensador mexicano Samuel Ramos. No clássico “*El perfil del hombre y la cultura en México*”, publicado em 1934, Ramos advertia aos mexicanos o perigo da imitação:

“Los fracasos de la cultura en nuestro país no han dependido de una deficiencia de ella misma, sino de un vicio en el sistema con que se ha aplicado. tal sistema vicioso es la imitación que se ha practicado universalmente en México por más de un siglo. Los mexicanos han imitado mucho tiempo, sin darse cuenta de que estaban imitando. Creían, de buena fe, estar incorporando la civilización al país.” (RAMOS, 1996, p. 21 e 22).

Propunha como contrapartida o conhecimento profundo do ser mexicano e a sinceridade como formas de encontrar uma autenticidade perdida, ou seja, ontológica: “*La virtud que más urgentemente hay que aconsejar al mexicano actual, es la sinceridad, para*

que arranque el disfraz con que se oculta a si mismo su ser auténtico” (RAMOS, 1996, p. 67). Nesta busca, Samuel Ramos incluía, assim como Sérgio Buarque de Holanda, um retorno a formas de vida mais austeras e uma volta a terra no sentido mais verdadeiro do termo,

“Hay que tener el valor de ser nosotros mismos, y la humildad de aceptar la vida que nos tocó en suerte, sin avergonzarnos de su pobreza. Todos los males que nos han sobrevenido se deben a no haber practicado estas sencillas reglas de austeridad, sino que hemos aparentado una situación muy superior a lo real. (...)

Entre nosotros, ese retorno a la tierra habrá de darnos la salud física y moral necesaria para recobrar la confianza en el provenir. Es consolador observar que desde hace algunos años se ha propuesto realizar un verdadero esfuerzo de introspección nacional.” (RAMOS, 1996, p. 91 e 92).

Ramos, assim como seus contemporâneos, identificava a nação mexicana como entidade cuja existência era indiscutível, pelo menos desde a independência do país, mas que possuía uma série de vícios e defeitos de origem. Em suas palavras,

“Es que un conjunto de accidentes históricos han hecho anormal nuestra vida, extraviando la evolución psíquica de los mexicanos por caminos oscuros. El desarrollo del hombre en la escuela y la sociedad no ha obedecido a una disciplina consciente y reflexiva; ha faltado el ambiente de paz y la tranquilidad de espíritu indispensable para ello. La formación de nuestro carácter a través de los siglos, ha sido un proceso discontinuo, impulsado por móviles inconscientes. El resultado de estas anomalías es que se ha falseado nuestro destino, y hoy marchamos desorientados, tratando de encontrar el verdadero rumbo de nuestra existencia.” (RAMOS, 1996, p. 99).

Dentre as anomalias da formação do caráter mexicano, Ramos chegava a conceituar o ritmo lento das transformações sociais de *“imutabilidade egípcia”* e comparava essa característica com o desenvolvimento dos povos asiáticos. Assim como Buarque de Holanda atribuía muitos problemas brasileiros às heranças dos colonizadores e, mais semelhante às idéias expressas no começo do século por Manuel Bonfim (BONFIM, 1993), Ramos apontava a Espanha e as elites como responsáveis pelos males mexicanos (RAMOS, 1996, p. 34 e 40).

A valorização da mestiçagem, de uma autenticidade relegada e os defeitos da “obra” ibérica aparece também com muita força no livro do argentino Ezequiel Martínez Estrada, publicado um ano antes de Samuel Ramos, em 1933. Em *Radiografía de la Pampa*, Martínez Estrada acusava o colonizador espanhol:

“Se perseguía y despreciaba lo que crecía en su propio clima según sus propias leyes de desarrollo, hasta que el trazado de esas ficciones de cultura y de riqueza no coincidían casi con el trazado auténtico de la realidad americana.” (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 11).

A idéia recorrente de uma autenticidade em oposição aos valores importados trazia, segundo esse autor, conseqüências devastadoras:

“Las uniones casuales del invasor y la mujer sometida, dejaban una consecuencia irremediable en el mestizo, que llegada su hora se volvería contra el pasado y la sociedad; de ella brotarían las guerras civiles y las convulsiones políticas posteriores, con sus cabecillas mestizos o mestizados casi siempre.” (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 28).

A nação era vista como “provisória”, “mal feita e mal povoada”, Martínez Estrada realizou uma longa e demorada crítica a obra civilizatória de Sarmiento e aponta a política de imigração como uma “ilusão de progresso”:

“La llegada de esos seres [imigrantes] ... dio la ilusión de una potencialidad económica muy grande, ... Ése era el camino de los brazos traídos para poblar el desierto, hasta que de tal dispersión nacieron los pueblos, y de los pueblos la forma actual de la Nación, que es también provisoria”. (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 58).

O desprezo pelas massas populares, característico da literatura do período anterior, transformara-se nestes textos em necessidade crescente de valorização e incorporação destas à nacionalidade. M. Estrada, a exemplo de S. B. de Holanda e Samuel Ramos, retomava o tema dos “gaúchos” e dos caudilhos, apontava as virtudes do campesinato e do interior do país através da crítica ferrenha à hipertrofia da capital, Buenos Aires. Anteriormente execrados, os caudilhos do interior como Facundo Quiroga e Felipe Varela foram alçados ao patamar de heróis, não mais vistos como provocadores de guerras civis,

mas como símbolo da “*resistência nacional contra o imperialismo britânico*”, símbolos da nacionalidade.

Ao comparar as classes dirigentes da década de 1930, com os caudilhos, M. Estrada adverte:

“Los protagonistas de la historia que vivimos no son más numerosos ni mejores que los que actuaron en cualquier instante del pasado. Tampoco son más de veinte pero han perdido, en desventaja, la visión nacional de los hechos...”

“... y 1860 es más Argentina que 1932”. (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 171 e 204).

E, apesar de classificar a Argentina como “*nação mal feita e mal povoada*” e “*provisória*”, onde a herança espanhola era prejudicial e obstaculizava o desenvolvimento, M. Estrada também falava nas “*condições originais*”, no espontâneo e na nação como dado apriorístico:

“... nosotros hemos contruido por influjo de hombres de talento, de la variada y contradictoria aportación del inmigrante y de la adaptación del nativo, falsas formas que no concuerdan ni con el paisaje ni con el volume total de la vida ni con su orientación nacional... El error... ha estado en querer adaptar con demasiada prematura y tesón, formas lógicas e iniluctables de otros medios, a éste en que la natural disposición de sus habitantes, la ilimitada amplitud de sus horizontes, orientaban en direcciones peculiares”

“Los creadores de ficciones eran los promotores de la civilización enfrente de los obreros de la barbarie, más próximos a la realidad repudiada... y sí se añadía lo falso a lo auténtico. Se llegó a hablar francés e inglés; a usar frac; pero el gaucho estaba debajo de la camisa de plancha...” (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 295 e 336).

Exatamente como Sérgio B. de Holanda, M. Estrada acusava os “*colonizadores aventureiros*” na formação de estruturas falsificadas, assim como os escritores do século passado denominavam os desvios e as deformações na formação das nações latino-americanas:

“Desde su descubrimiento, éstas fueron las tierras de la aventura, y la norma impresa perdura por dentro de todas sus instituciones como su pecado original. Lo nacional sigue su línea genealógica y lo financiero, monetario, económico y mercantil sigue sus leyes internacionales...”

Contra una naturaleza indómita que repelía el uso de las técnicas consumadas, el improvisador era el demiurgo. ...

En la lucha por la formación de nuestro país, lo que se ha hecho es superior a lo que se ha pensado y aprendido, y lo que llamamos crisis, problemas económicos delicados, falta de industrias, bajos precios y altas tarifas, analfabetismo, despoblación, inestabilidad de los bienes y de la vida y predominio de los capitales desvinculados del destino nacional es la derrota del improvisador.” (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 336).

Entre os obstáculos encontrados por esses autores para o pleno desenvolvimento nacional estava a identificação de uma “imaturidade”, fruto do pequeno tempo de vida independente desses países, e também uma “fraqueza” atribuída às classes populares e aos setores médios das sociedades latino-americanas. Sérgio Buarque de Holanda falava em “*incapacidade de organização sólida*”. Inspirado na constituição das classes sociais dos países de desenvolvimento clássico, dizia que era “*impossível encontrar uma classe média numerosa e apta*”, lamentava a “*ausência de uma burguesia urbana independente*” e a falta da “*formação de classes não agrárias*”. Também dizia que a “*grande massa do povo*” recebia as “*conquistas nacionais*” com “*displicência ou hostilidade*”, pois não haviam atingido a “*maturidade plena*”. Acusava Portugal pela “*relativa infixidez das classes sociais*” (HOLANDA, p. 5, 56, 57,60, 78 e 119). M. Estrada dizia que a política voltada para as multidões era perfeita na teoria “*mas não se contava com técnicos capazes de fazê-la funcionar*” (MARTINEZ ESTRADA, 1991, p. 333). Ramos considerava, neste sentido, o meio ambiente pouco favorável ao desenvolvimento da atividade intelectual e atribuía as insuficiências à juventude do país (RAMOS, p. 133).

Na primeira metade do século XX, os intelectuais latino-americanos elegeram a questão nacional como preponderante em suas análises em função do desenvolvimento das universidades, relacionados com os apelos pela autonomia das instituições de ensino superior e devido à conjuntura que determinou a crise das oligarquias. Nos três autores observa-se uma recorrência ao tema da nação e da nacionalidade, a descrição das heranças que permitiam desenvolver teses sobre a identidade nacional e as tentativas de diagnosticar os problemas e males da nação. Para Sérgio Buarque de Holanda, Martinez Estrada e Samuel Ramos, a origem da nação, do nacionalismo e da consciência nacional estava diretamente relacionada com o passado ibérico, com a obra dos colonizadores.

Consideravam a herança espanhola e portuguesa como um dos elementos que compunham a identidade nacional, mas também achavam que o colonizador havia “improvisado” e que o “*espírito de aventura*” predominara sobre a racionalidade, resultando em sociedades mal organizadas desde as origens. Assim, para eles, a nação era “mal organizada”, “mal arrumada”, desde o princípio.

Outro diagnóstico comum aos três autores era de que as instituições implantadas para organização das nações eram cópias das metropolitanas e que, portanto, não respondiam adequadamente aos problemas locais. A tentativa de adaptação das estruturas metropolitanas resultara em instituições falsas, sem relação com a natureza dos povos e das paisagens coloniais. Havia entre os autores uma idéia de que existiam “condições naturais” das sociedades, que respondiam a uma “autenticidade”, uma “espontaneidade”, rompida pela conquista e colonização. Nesse sentido, os três autores insistiam em apreender as características mais originais do ser nacional, o caráter de suas nacionalidades específicas. Os três ensaios introduzem a psicologia social como fundamento do diagnóstico da sociedade. Nesses ensaios, as virtudes do gaúcho, do caudilho, do sertanejo, dos índios, dos bandeirantes paulistas foram recuperadas e valorizadas. A valorização de tais grupos revela que o nacionalismo para esses intelectuais tem outro significado do que aquele atribuído pelas elites que se propuseram a construir as bases materiais das nações e dos Estados políticos. Reescrever a história nacional se coloca como uma proposição positiva desses autores; senão reescrever a história, ao menos resgatar da sombra os momentos da história que estavam relegados a um segundo plano na história oficial.

Sérgio Buarque, por exemplo, destaca a abolição como a verdadeira “revolução brasileira”, desmerece os estudos que apontam a independência como um evento de grande repercussão entre o povo brasileiro: “*A fermentação liberalista que procedeu à proclamação da Independência constituiu obra de minorias exaltadas; sua repercussão foi bem limitada entre o povo, bem mais limitada, sem dúvida do que o querem fazer crer os compêndios de história pátria*” (p. 120). À proclamação da República também não atribuiu uma importância decisiva na história nacional: “*Não admira, pois que nossa República tenha sido feita pelos positivistas e nossa independência fosse obra dos maçons*” (p. 111). Ao invés da Independência ou da República, valorizou a abolição como símbolo da nacionalidade. Chamou-a de “*Nossa Revolução*” no capítulo VII e referiu-se ao “1888

como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional... o marco mais visível entre duas épocas” (p. 127).

Samuel Ramos também não considera a independência do México como um momento decisivo para a nacionalidade. Diz que “Al consumarse la Independência, México no queria seguir viviendo dentro de formas anticuadas de existência. Pero las taras que había dejado la época colonial extraviaron su esfuerzo y crearon complicaciones cada vez más confusas” (Ramos, p. 38).

Para Martínez Estrada, a independência alçara Buenos Aires a uma condição inaudita: “La independencia quiso hacer España a Buenos Aires y por eso apareció como retrógrada ante las hordas de Artigas y de Guemes, los generales de esta tierra, Del llano y de la montaña” (Martínez Estrada, p. 196). Ele exaltava a figura de Hipólito Yrigoyen, líder da União Cívica Radical, responsável pelo fim da hegemonia política das oligarquias argentinas em 1916: “Nadie há encarnado mejor que Yrigoyen la voluntad de la masa anônima.” (Martínez Estrada, p. 239) Além de Yrigoyen, Martínez Estrada ainda resgatava da sombra a figura de Rosas, caudilho federalista da metade do século XIX, odiado pela geração que implantara a república oligárquica. Essa recuperação de símbolos, a valorização de fatos históricos antes relegados a segundo plano e a revelação de novos heróis, personagens e fatos redundam numa construção intelectual que confere novos significados à nacionalidade em cada um desses países.

Novos mitos fundadores da nação são revelados e valorizados por essa geração. Elementos, como índios, negros e mestiços, que anteriormente haviam sido desprezados e considerados como verdadeiros obstáculos à organização da nação e da nacionalidade foram trazidos para o primeiro plano por essa geração de intelectuais.

Como já foi mencionado anteriormente, não foram esses autores que romperam com a hegemonia do positivismo no pensamento latino-americano. A dissensão ocorrera desde o final do século XIX, com Rodo, Martí, Bonfim e outros. No entanto, o elitismo e a atração pelos modelos estrangeiros de desenvolvimento não tinham desaparecido do horizonte latino-americano, e o espectro do pensamento positivista permaneceu por muito tempo realizando o contra-ponto com uma visão mais nacionalista e menos submissa. Neste sentido, os autores, como Buarque de Holanda, Samuel Ramos e Martínez Estrada, que nos anos 1930 desafiavam novamente o pensamento das elites, a tendência à imitação e a

depreciação dos valores locais tinham muito a contribuir para a luta ideológica travada em torno da construção dos perfis e das raízes da nacionalidade.

Esses três ensaios tiveram grande repercussão. Foram edições sucessivas e muitos exemplares foram vendidos na época do seu lançamento. Esses livros tornaram-se referência constante em bibliografias acadêmicas e são citados até hoje como fundamentais para entender o pensamento brasileiro, mexicano e argentino a respeito de si mesmo. Fazem parte das listas de livros sobre as características nacionais, são praticamente obrigatórios em bibliografias de estudantes universitários de várias carreiras das ciências humanas e seus autores fazem parte do pantheon de escritores nacionalmente reconhecidos. Isso significa que tiveram uma importância decisiva na construção dos mitos fundadores, do significado do nacionalismo, na construção das possíveis origens da identidade nacional e na luta pela construção dos projetos de nação em cada um dos países abordados nesse estudo.

Bibliografia citada:

- BONFIM, Manuel. *“A América Latina: males de origem”*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. A primeira edição foi de 1903.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en America Latina*. México: Siglo XXI, 1979.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, 13 ed. A primeira edição é de 1936.
- MARSISKE, Renate. *Movimientos estudiantiles em América Latina: Argentina, Perú, Cuba y México 1918-1929*. México: Cesu/UNAM, 1989.
- MARTÍNEZ ESTRADA, E. *Radiografía de la pampa*. Buenos Aires: Losada, 1991, 13 ed. A primeira edição é de 1933.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina 1918-1938 El proceso de la Reforma Universitaria*. México: Siglo XXI, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal Editores, 1985, 2ª ed.
- RAMA, Carlos M. *Nacionalismo e historiografia en America Latina*. Madrid: Tecnos, 1981.

RAMOS, Samuel. **El perfil del hombre y la cultura en Mexico**. México; Espasa-Calpe, 1996, 26. reimpressão. A primeira edição deste livro é de 1934.

RODÓ, José Enrique. *“Ariel”*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, a primeira edição é de 1900.